



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 70/2024

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR. nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UND	QTD	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CANCELADO					
02	PNEU LISO 275.80 X 22.5 (RADIAL) DIANTEIRO - MÍNIMO 16 LONAS	295376	UND	40	R\$ 1.965,00	R\$ 78.600,00
03	CANCELADO					
04	PNEU LISO 185.70 X 14 (RADIAL)	237674	UND	40	R\$ 333,78	R\$ 13.351,20
05	CANCELADO					
06	CANCELADO					
07	PNEU LISO 225.65 X 16 (RADIAL)	468478	UND	100	R\$ 553,50	R\$ 55.350,00
08	PNEU LISO 195.55 X 16 (RADIAL)	446723	UND	15	R\$ 399,63	R\$ 5.994,45
09	PNEU LISO 195.60 X 15 (RADIAL)	247856	UND	20	R\$ 319,77	R\$ 6.395,40
10	CANCELADO					
11	PNEU LISO 3.25 X 300 .8 - CARRINHO DE MÃO	407759	UND	20	R\$ 57,40	R\$ 1.148,00
12	PNEU LISO 2.7-18 MOTOCICLETA	419136	UND	12	R\$ 139,00	R\$ 1.668,00
13	PNEU LISO 90.90 X 18 MOTOCICLETA	438318	UND	12	R\$ 188,16	R\$ 2.257,92
14	CANCELADO					
15	PNEU BORRACHUDO 275.80 X 22.5 (RADIAL) MÍNIMO 16 LONAS	295376	UND	100	R\$ 1.656,25	R\$ 165.625,00
16	PNEU BORRACHUDO 295.80 X 22.5 (RADIAL) MÍNIMO 16 LONAS	337421	UND	5	R\$ 1.877,00	R\$ 9.385,00
17	PNEU MISTO BORRACHUDO 275.80 X 22.5 MÍNIMO 16 LONAS	337281	UND	40	R\$ 1.687,50	R\$ 67.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

18	PNEU 12.5/80 -18 RETRO MÍNIMO 16 LONAS	468886	UND	20	RS 1.374,00	RS 27.480,00
19	PNEU 19.5 X 24 MÁQUINAS RETROESCAVADEIRA E ROLO 16 LONAS	308465	UND	10	RS 4.540,99	RS 45.409,90
20	PNEU 12 X 16.5 RETROESCAVADEIRA E ROLO MÍNIMO 12 LONAS	468769	UND	10	RS 1.159,20	RS 11.592,00
21	PNEU 17.5 X 25 PÁ CARREGADEIRA E RETROESCAVADEIRA MÍNIMO 16 LONAS	384738	UND	12	RS 5.385,17	RS 64.622,04
22	PNEU 1400 X 24 MOTONIVELADORA MÍNIMO 16 LONAS	398016	UND	20	RS 2.810,05	RS 56.201,00
23	PNEU 11.2 X 24 MÁQ NEW HOLLAND MÍNIMO 16 LONAS	215053	UND	2	RS 2.327,49	RS 4.654,98
24	PNEU 16.9 X 30 - MÁQ NEW HOLLAND MÍNIMO 16 LONAS	449171	UND	2	RS 2.674,00	RS 5.348,00
25	PNEU 23.1 X 26 - ROLO COMP. DESENHO AGRÍCOLA – MÍNIMO 16 LONAS	313825	UND	2	RS 5.434,50	RS 10.869,00
26	PNEU 16.6 X 00-6 NHS TRAT TOYOMA (RADIAL)	257258	UND	4	RS 2.186,78	RS 8.747,12
27	PNEU 20. 8 X00-8 NHS TRAT TOYOMA (RADIAL)	215078	UND	4	RS 1.443,95	RS 5.775,80
28	PNEU 18X8.5-8 TRASEIRO MÍNIMO 6 LONAS PARA CORTADOR DE GRAMA	256536	UND	4	RS 1.965,36	RS 7.861,44
29	PNEU 15X6.00-6 DIANTEIRO MÍNIMO 6 LONAS PARA CORTADOR DE GRAMA	31291	UND	4	RS 499,46	RS 1.997,84
30	PNEU 13.00X24 LISO MÍNIMO 8 LONAS	477851	UND	4	RS 3.170,00	RS 12.680,00
31	CÂMARA DE AR PARA PNEU 15X6.00-6	610120	UND	4	RS 110,00	RS 440,00
32	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18X8.5-8	477839	UND	4	RS 284,00	RS 1.136,00
33	CAMARA DE AR 19.5 X 24	468768	UND	20	RS 351,25	RS 7.025,00
34	CAMARA DE AR 12.16 X 5	468901	UND	8	RS 114,90	RS 919,20
35	CAMARA DE AR 12.5 X 18	470240	UND	20	RS 126,00	RS 2.520,00
36	CAMARA DE AR 17.5 X 25	213737	UND	20	RS 258,50	RS 5.170,00
37	CAMARA DE AR 1400 X 24	213739	UND	40	RS 231,25	RS 9.250,00
38	CAMARA DE AR 11.2 X 24	274308	UND	2	RS 117,00	RS 234,00
39	CAMARA DE AR 16.9 X 30	396833	UND	4	RS 366,00	RS 1.464,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

40	CAMARA DE AR 3.25 X 3000.8	343788	UND	8	R\$ 35,02	R\$ 280,16
41	CAMARA DE AR 2.7 X 18	359984	UND	24	R\$ 34,50	R\$ 828,00
42	PROTETOR 12.5/80-18	396832	UND	20	R\$ 143,68	R\$ 2.873,60
43	PROTETOR 19.5 X 24	440726	UND	20	R\$ 183,48	R\$ 3.669,60
44	PROTETOR 12 X 16.5	326821	UND	8	R\$ 90,72	R\$ 725,76
45	PROTETOR 17.5 X 25	470823	UND	20	R\$ 185,00	R\$ 3.700,00
46	PROTETOR 1400 X 24	244318	UND	40	R\$ 70,00	R\$ 2.800,00
47	PROTETOR 11.2 X 24	267758	UND	2	R\$ 78,25	R\$ 156,50
48	PROTETOR 16.9 X 30	244318	UND	4	R\$ 27,40	R\$ 109,60
49	PROTETOR 750 X 16	326827	UND	16	R\$ 27,00	R\$ 432,00
50	PROTETOR 18.4 30	440726	UND	10	R\$ 139,72	R\$ 1.397,20
51	CANCELADO					
Total: R\$ 715.644,71						

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme artigo 384 e seguintes do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023.

1.3. Os serviços desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa em anexo.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura do contrato na forma do artigo 404 do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023. |

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objetivo e a justificativa da contratação encontra-se em apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2024], publicado no Diário Oficial do Município de Bandeirantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

2.2.1. A presente contratação não se trata de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações do governo, pois, enquadra-se no entendimento de se tratar de despesa destinada ao custeio de atividades rotineiras e habituais do ente, não havendo necessidade de elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro ou de declaração do ordenador de despesa de que o aumento possui adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e a LDO na forma disposta nos arts. 16 e 17 da Lei complementar n.º 101/2020 – LRF.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA POTENCIAL CONTRATAÇÃO

3.1. DO OBJETO: Contratação de empresa autorizada para aquisição pneus, câmaras de ar e protetores para atender a frota de veículos, bem como de máquinas pesadas e equipamentos do MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES – PR.

3.2. NATUREZA DO SERVIÇO: A natureza do objeto dadas suas características, enquadra-se em bens comuns nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, devendo, portanto, ser licitado por meio do Pregão, preferencialmente na forma Eletrônica.

3.3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL CONTRATAÇÃO: A contratação para a execução dos serviços deverá obedecer, no que couber:

3.3.1. Lei 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

3.3.2. Decreto Municipal nº 3.537/2023.

3.3.3. Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

3.3.4. Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

3.3.5. Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos

3.3.6. Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

3.3.7. Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009 (Dispõe sobre prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada)

3.3.8. Instrução Normativa 9, de 20 de julho de 2021, IBAMA (Institui, no âmbito do Ibama, os procedimentos necessários ao cumprimento da Resolução Conama nº 416, de 30 de setembro de 2009, pelos fabricantes e importadores de pneus novos, sobre coleta e destinação final de pneus inservíveis.)

3.3.9. Portaria 379, de 19/09/2021, INMETRO (aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Pneus Novos

3.4. PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

3.4.1. Quando da elaboração deste TERMO DE REFERÊNCIA, exige-se:

- a) Para Habilitação/ Qualificação Técnica atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprove a aptidão da CONTRATADA para o desempenho de atividade pertinente e compatível com bem no qual apresentou proposta.
- b) Prazo de garantia do produto de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação, fornecida pela empresa proponente, bem como as demais disposições do Código de Defesa ao Consumidor (Lei - federal - n. 8.078, de 11 de setembro de 1990);
- c) Prazo de fabricação igual ou inferior a 12 (doze) meses no momento da entrega;
- d) A garantia obrigará também a substituição dos materiais que apresentarem defeitos de fabricação ou outros de qualquer natureza que impeçam a sua regular utilização, no prazo de 07 (sete) dias úteis, a contar da comunicação;
- e) A empresa contratada ficará isenta da responsabilidade da garantia, caso fique comprovada a utilização incorreta dos pneus pelo Município quanto a calibragem, geometria de direção, rodízio, montagem/desmontagem, carga excessiva ou acidentes;
- f) As propostas não deverão conter alternativas de marca, de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- g) A participação na licitação importa em total, irrestrita e irretratável submissão das licitantes proponentes às condições deste edital.
- h) Nos preços cotados, já deverão estar inclusas todas as despesas com frete, impostos, seguros e todos os demais encargos necessários ao fornecimento dos materiais ofertados e entregues na sede da Prefeitura de Bandeirantes-PR.
- i) As propostas devem ser apresentadas em moeda corrente nacional, limitada a 02 (duas) casas após a vírgula, sendo que os dígitos excedentes serão excluídos pelo Pregoeiro e a Equipe de Apoio, sem arredondamento.

3.4.2. De acordo com o acórdão 1045/2016 – TCE/PR, deverá ser exigido ainda:

- a) Certificação IBAMA, obrigatória àqueles pneus produzidos no Brasil e/ou oriundos do exterior, via respectivos certificados de fabricação e regularidade de importação, ambos, voltados a atestar e efetivar a preservação do meio ambiente, a biota e o desenvolvimento sustentável;
- b) Apresentação de informativo, catálogo, cartilha ou qualquer outro documento, em língua portuguesa, que demonstre especificações técnicas e instruções de uso do produto, privilegiando o direito à informação no processo licitatório, referente a marca proposta;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

c) Certificação INMETRO, obrigatória àqueles pneus produzidos no Brasil e/ou oriundos do exterior. A homologação INMETRO ocorre privativamente sobre pneumáticos destinados a motocicletas, motonetas, ciclomotores, automóveis de passageiros, inclusive os de uso misto e rebocados, veículos comerciais, comerciais leves e rebocados;

3.5. DA SUBCONTRATAÇÃO: Não será permitida a subcontratação integral e nem parcial do objeto.

3.6. DA PARTICIPAÇÃO DE MEI'S, ME'S OU EPP'S: Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006. A obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI.

3.7. DA PARTICIPAÇÃO COOPERATIVAS: Se aplicará a presente contratação a possibilidade de participação de cooperativas desde que estas declarem que cumprem os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

3.8. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS: Não será permitido o consorciamento de empresas; justificando-se uma vez que o objeto em si mesmo é comercializado por várias empresas do ramo, sendo desnecessária a formação de consórcio para o cumprimento das obrigações de fornecimento;

3.9. ATENDIMENTO AO ART. 7º, INC. XXXIII DA CONSTITUIÇÃO: A CONTRATADA deverá apresentar Declaração de que a empresa não emprega menor de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

3.10. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

3.10.1. São inseridos neste Termo de Referência como necessários o atendimento dos seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, bem como no Decreto Municipal nº 3.537/2023 de 09 de maio de 2023:

a) Os pneus a serem adquiridos devem conter certificação do INMETRO assegurando a qualidade e as boas práticas do fabricante.

b) A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

armazenamento mantido pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.

3.11. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

3.11.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, sendo ele: Sr. ELIAS MASSON – Matrícula 4766.

3.11.2. A gestão do contrato deverá ser realizada pela Sra. CLAUDIA JANZ DA SILVA, Secretária Municipal de Administração– Matrícula 4648.

3.11.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.11.4. Deve ser atentado para o disposto do Decreto Municipal nº 3.537/2023, quanto as atribuições do gestor e fiscal do contrato.

3.11.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.11.6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.11.7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATANTE poderá convocar o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3.11.8. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.11.9. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.11.10. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

3.11.11. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.11.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.11.13. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

3.11.14. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário:

3.11.15. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

3.11.16. Os gestores dos contratos, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.11.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.11.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.11.19. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

3.11.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

3.11.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

3.12. DA DURAÇÃO DO CONTRATO:

3.12.1. Previsão de data em que deve ser assinado o instrumento contratual: maio/2024;

3.12.2. Estimada de disponibilização do bem/serviço: maio/2024

3.12.3. Data início da execução: maio/2024

3.12.4. Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA fica obrigada a manter seu cadastro, endereço eletrônico, telefone e responsável pelas operações, atualizados, situação que deve ser inserida em termo de referência como obrigação da CONTRATADA.

3.12.3. Prazo de entrega: Em até 10 (dez) dias úteis a partir da emissão de empenho e da ordem de fornecimento.

3.13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO e DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei nº 14.133/21)

3.13.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o relatório denominado – parâmetros de fiscalização, devendo haver a notificação a empresa para que solucione possíveis inconsistências, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

3.13.2. A utilização do, parâmetros de fiscalização não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da execução.

3.13.3. O pagamento das obrigações aqui contratadas observará a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021, cujos prazos serão limitados a:

- a) 30 (trinta dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração; e
- b) 30 (trinta dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa

3.14. GARANTIA DA EXECUÇÃO: Não haverá exigência de garantia contratual da execução, motivo pelo qual não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas à prestação de serviços objeto da presente contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A necessidade premente de realizar a aquisição de pneus novos para a frota municipal fundamenta-se em uma análise criteriosa dos seguintes elementos estratégicos e operacionais. Primeiramente, a condição atual dos pneus existentes na frota revela um desgaste considerável, comprometendo a segurança e eficiência dos veículos. Esta análise é respaldada por dados de desempenho operacional, indicando uma correlação direta entre a degradação dos pneus e o aumento nos custos de manutenção, consumo de combustível e riscos associados à segurança viária.

Assim, a fundamentação da contratação para a aquisição de pneus novos está ancorada na necessidade de assegurar a segurança, eficiência e sustentabilidade da frota municipal, ao mesmo tempo em que se adota uma abordagem financeiramente responsável e alinhada aos objetivos estratégicos da administração pública.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 5 (cinco) dias ÚTEIS, contados do(a) SOLICITAÇÃO DO SERVIÇO, em remessa FRACIONADA. |

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (3) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os serviços deverão ser executados conforme a demanda a secretaria solicitando à qual informara o endereço para execução.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). |

5.5. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até (07) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.6. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.7. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas do Decreto nº. 3.537, de 09 de maio de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Decreto nº. 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 163).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 11, §1º);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12, II);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12, §7º).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 201 do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 10).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 10).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

7.2. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **07** dias ÚTEIS, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **30 dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 160 do Decreto Municipal nº 3.537, de 09 de maio de 2023, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **28 (Vinte e oito)** dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do § 4º, do art. 39 do Decreto Municipal nº. 3537, de 09 de maio de 2023, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, conforme a legislação aplicável.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 160 do Decreto Municipal nº 3735, de 09 de maio de 2023.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme o art. 35, parágrafo único do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.24. A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento |

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de PREGÃO ELETRÔNICO, com adoção do critério de Registro de Preço. |

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;^[MM42]

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme a legislação aplicável.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Municipais** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

Justifica-se a solicitação de atestados de capacidade técnica afim de garantir ao contratante que o serviço será realizado por uma empresa que tenha experiência prévia em atividades semelhantes e que possua a habilidade necessária para executá-las de forma adequada, minimizando o risco de atrasos, erros ou problemas durante a execução do serviço contratado.

8.19. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.19.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, até o limite de 50% do total da contratação, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.19.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO¹



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 715.644,71 (Setecentos e quinze reais, seiscentos e quarenta e quatro reais e setenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na [tabela acima].

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Número	Organograma
26	02.003 - Divisão de compras
Função	Subfunção
04 - ADMINISTRAÇÃO	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa	Ação
0405 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	2.012 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Natureza	Recurso
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
Máscara	
02.003.04.122.0405.2012.3.3.90.30.00 / 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	

Número	Organograma
26	02.003 - Divisão de compras
Função	Subfunção
04 - ADMINISTRAÇÃO	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa	Ação
0405 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	2.012 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Natureza	Recurso
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	00511/00511.01.07.00.00.1.753.0000 - TAXAS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Máscara	
02.003.04.122.0405.2012.3.3.90.30.00 / 00511/00511.01.07.00.00.1.753.0000 - TAXAS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	

Número	Organograma
45	02.005 - Divisão de transportes
Função	Subfunção
04 - ADMINISTRAÇÃO	153 - DEFESA TERRESTRE
Programa	Ação
0410 - MANUTENÇÃO DO TG 05-013	2.016 - MANUTENÇÃO DO TG-05013
Natureza	Recurso
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
Máscara	
02.005.04.153.0410.2016.3.3.90.30.00 / 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Número	Organograma
51	02.005 - Divisão de transportes
Função	Subfunção
04 - ADMINISTRAÇÃO	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa	Ação
0413 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TRANSPORTE	2.015 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TRANSPORTE
Natureza	Recurso
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS
Máscara	
02.005.04.122.0413.2015.3.3.90.30.00 / 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	

Número	Organograma
51	02.005 - Divisão de transportes
Função	Subfunção
04 - ADMINISTRAÇÃO	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa	Ação
0413 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TRANSPORTE	2.015 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TRANSPORTE
Natureza	Recurso
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	00511/00511.01.07.00.00.1.753.0000 - TAXAS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Máscara	
02.005.04.122.0413.2015.3.3.90.30.00 / 00511/00511.01.07.00.00.1.753.0000 - TAXAS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	

Número	Organograma
5	01.001 - Chefia de gabinete
Função	Subfunção
04 - ADMINISTRAÇÃO	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa	Ação
0401 - MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DE GABINETE	2.010 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO
Natureza	Recurso
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS
Máscara	
01.001.04.122.0401.2010.3.3.90.30.00 / 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	

Número	Organograma
81	03.002 - Departamento de ensino pedagógico
Função	Subfunção
12 - EDUCAÇÃO	361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa	Ação
1219 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - TRANSF. CONSTITUCIONAIS	6.032 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO TRANSF. CONSTITUCIONAIS
Natureza	Recurso
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS
Máscara	
03.002.12.361.1219.6032.3.3.90.30.00 / 00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Número	Organograma
108	03.002 - Departamento de ensino pedagógico
Função	Subfunção
12 - EDUCAÇÃO	361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa	Ação
1242 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - IMPOSTOS VINC. ED	6.033 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO IMPOSTOS VINC. EDI
Natureza	Recurso
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - DEMAIS IMPOSTOS \
Máscara	
03.002.12.361.1242.6033.3.3.90.30.00 / 00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUC/	

Número	Organograma
125	03.002 - Departamento de ensino pedagógico
Função	Subfunção
12 - EDUCAÇÃO	361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa	Ação
1245 - TRANSPORTE ESCOLAR	6.022 - TRANSPORTE ESCOLAR
Natureza	Recurso
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - DEMAIS IMPOSTOS \
Máscara	
03.002.12.361.1245.6022.3.3.90.30.00 / 00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUC/	

Número	Organograma
128	03.003 - Direção dos centros municipais de educação infantil
Função	Subfunção
12 - EDUCAÇÃO	361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa	Ação
1202 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	6.026 - SALÁRIO EDUCAÇÃO
Natureza	Recurso
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	00107/00107.99.01.00.00.1.550.0000 - SALÁRIO-EDUCAÇÃ
Máscara	
03.003.12.361.1202.6026.3.3.90.30.00 / 00107/00107.99.01.00.00.1.550.0000 - SALÁRIO-EDUCAÇÃO	

Número	Organograma
157	04.001 - Divisão ambiental
Função	Subfunção
18 - GESTÃO AMBIENTAL	542 - CONTROLE AMBIENTAL
Programa	Ação
1800 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	2.034 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
Natureza	Recurso
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRI
Máscara	
04.001.18.542.1800.2034.3.3.90.30.00 / 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Número	Organograma
174	05.001 - Departamento agropecuário e pequenos produtores ru
Função	Subfunção
20 - AGRICULTURA	608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
Programa	Ação
2001 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	2.035 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA
Natureza	Recurso
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
Máscara	
05.001.20.608.2001.2035.3.3.90.30.00 / 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	

Número	Organograma
194	06.001 - Divisão de serviços urbanos
Função	Subfunção
15 - URBANISMO	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa	Ação
0419 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	5.038 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS
Natureza	Recurso
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
Máscara	
06.001.15.122.0419.5038.3.3.90.30.00 / 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	

Número	Organograma
201	06.001 - Divisão de serviços urbanos
Função	Subfunção
15 - URBANISMO	452 - SERVIÇOS URBANOS
Programa	Ação
0421 - SERVIÇOS URBANOS	5.040 - SERVIÇOS URBANOS
Natureza	Recurso
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
Máscara	
06.001.15.452.0421.5040.3.3.90.30.00 / 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	

Número	Organograma
213	06.003 - Divisão de máquinas e equipamentos rodoviários
Função	Subfunção
15 - URBANISMO	452 - SERVIÇOS URBANOS
Programa	Ação
0425 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS	2.044 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS
Natureza	Recurso
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
Máscara	
06.003.15.452.0425.2044.3.3.90.30.00 / 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Número	Organograma
245	09.001 - Departamento de programas sociais
Função	Subfunção
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa	Ação
0801 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOC	2.056 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E /
Natureza	Recurso
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRI
Máscara	
09.001.08.244.0801.2056.3.3.90.30.00 / 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	

Número	Organograma
290	09.001 - Departamento de programas sociais
Função	Subfunção
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa	Ação
0814 - BLOCO DE GESTÃO DO SUAS	2.061 - BLOCO GESTÃO DO SUAS
Natureza	Recurso
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	04001/00933.09.06.06.19.1.660.0000 - IGDSUAS PORTARIA
Máscara	
09.001.08.244.0814.2061.3.3.90.30.00 / 04001/00933.09.06.06.19.1.660.0000 - IGDSUAS PORTARIA MDS 337/2011 (3% CC	

Número	Organograma
294	09.001 - Departamento de programas sociais
Função	Subfunção
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa	Ação
0815 - BLOCO DO IGD - BOLSA FAMILIA	2.060 - BLOCO IGD- BOLSA FAMILIA
Natureza	Recurso
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	04000/00940.09.06.06.25.1.660.0000 - BLOCO DE FINANCI/
Máscara	
09.001.08.244.0815.2060.3.3.90.30.00 / 04000/00940.09.06.06.25.1.660.0000 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DA GESTÃO [

Número	Organograma
323	11.001 - Departamento administrativo da secretaria de saúde
Função	Subfunção
10 - SAÚDE	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa	Ação
1003 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	6.069 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE
Natureza	Recurso
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - SAÚDE - RECEITAS V
Máscara	
11.001.10.122.1003.6069.3.3.90.30.00 / 00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - SAÚDE - RECEITAS VINCULADAS (E.C. 29/01	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Número	Organograma
340	11.002 - Divisão dos postos de saúde do município
Função	Subfunção
10 - SAÚDE	301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa	Ação
1018 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	6.071 - BLOCO CUSTEIO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Natureza	Recurso
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	00494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 - BLOCO DE CUSTEIO
Máscara	
11.002.10.301.1018.6071.3.3.90.30.00 / 00494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS	

Número	Organograma
352	11.002 - Divisão dos postos de saúde do município
Função	Subfunção
10 - SAÚDE	301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa	Ação
1097 - INCENTIVO FINANCEIRO CUSTEIO - ESTADO	6.057 - INCENTIVO FINANCEIRO CUSTEIO - ESTADO
Natureza	Recurso
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	00351/00494.09.02.05.20.1.621.0000 - BLOCO DE CUSTEIO
Máscara	
11.002.10.301.1097.6057.3.3.90.30.00 / 00351/00494.09.02.05.20.1.621.0000 - BLOCO DE CUSTEIO NAS AÇÕES DE SERVIÇOS	

Número	Organograma
368	11.004 - Divisão da vigilância sanitária
Função	Subfunção
10 - SAÚDE	305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
Programa	Ação
1006 - ECD-EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS	2.079 - ECD- EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS
Natureza	Recurso
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	00510/00510.01.07.00.00.1.753.0000 - TAXAS - EXERCÍCIO FISCAL
Máscara	
11.004.10.305.1006.2079.3.3.90.30.00 / 00510/00510.01.07.00.00.1.753.0000 - TAXAS - EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA	

Número	Organograma
388	11.006 - Divisão de agendamento da saúde
Função	Subfunção
10 - SAÚDE	301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa	Ação
1001 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	6.083 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA
Natureza	Recurso
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - SAÚDE - RECEITAS VINCULADAS
Máscara	
11.006.10.301.1001.6083.3.3.90.30.00 / 00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - SAÚDE - RECEITAS VINCULADAS (E.C. 29/01)	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Bandeirantes, 03 de Junho de 2024.

CLAUDIA JANZ DA SILVA
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO